

"Portugal e a CEE"

- versão curta do
trabalho TLP sobre
CEE a ser publi-
cado em livro

1984

PORTUGAL E A CEE

O pedido de adesão

Portugal exprimiu a decisão de aderir à Comunidade Económica Europeia através de uma carta de 28 de Março de 1977, onde pediu a sua admissão como membro da CEE, conforme as disposições do artigo 237 do Tratado de Roma. (Cartas semelhantes foram enviadas na mesma data e com idêntico objectivo à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e à Comunidade Europeia da Energia Atómica).

Que motivações levaram Portugal a fazer tal pedido de adesão? É a resposta a essa pergunta que vou tentar elucidar, servindo-me de textos oficiais portugueses e de textos da CEE.

O texto jurídico fundador da CEE (que permite explicitamente a adesão de novos membros) está construído sobre premissas de natureza exclusivamente social e económica. Fala-se na "eliminação das barreiras que dividem a Europa", na "melhoria constante das condições de vida e de emprego dos seus povos", no "desenvolvimento harmonioso reduzindo a disparidade entre as diferentes regiões e o atraso dos menos favorecidos", na "política comercial comum".

Por seu lado, o primeiro projecto da carta de pedido de adesão do Governo português fez-se acompanhar de um memorandum onde se afirmava :

"...o processo de democratização de Portugal não pode deixar de desembocar naturalmente na integração europeia. A democratização dos espíritos, dos modos de vida económicos, sociais e políticos não atingirá a sua plenitude senão no quadro que nos é oferecido pela adesão a um conjunto democrático mais vasto, como o que é constituído pelo Tratado de Roma e que solenemente declaramos aceitar, como igualmente aceitamos as acções propostas para atingir esses objectivos. Para nós, a democratização identifica-se à adesão a uma Europa unida no respeito pelas particularidades."

A simples comparação entre estes textos impõe uma interrogação : haverá correspondência entre os objectivos que Portugal pretende alcançar ~~com o pedido de adesão à CEE~~ e os objectivos ~~que a~~ *de própria CEE a si mesma se propõe ?*

Na verdade, enquanto o Tratado de Roma tem como eixos uma multiplicidade de processos que dizem respeito a questões de ordem económica, o pedido de adesão de Portugal parece decorrer dum raciocínio pertencente a outra esfera: a do ~~adquirido~~ *reforço* da sua democratização interna.

Importa, pois, perguntar quais são, afinal, do lado português, os verdadeiros objectivos ?



Serão eles de ordem económica, tendentes a alargar o espaço para os produtos nacionais, a estimular a iniciativa de investidores potenciais e a tornar o país mais autónomo na sua vida económica ?

Serão eles de ordem cultural, tendentes a estabelecer as premissas de uma política cultural (consentida), tornando assim a cultura portuguesa mais conhecida e conferindo-lhe melhores condições para estabelecer contactos com as outras culturas europeias através dos canais adequados ?

Serão eles de ordem social, tomando em linha de conta a situação única de Portugal com mais de 10% da sua população vivendo e trabalhando nos países da CEE e levando assim a determinar as linhas de política global capazes de reforçar de forma digna a circulação de pessoas que está em curso ?

Objectivos económicos ?

Os objectivos do pedido de adesão de Portugal à CEE não são de ordem económica.

Esta afirmação categórica, aparentemente paradoxal, tem de ser explicada. É porquê ?

Por um lado, porque, aos olhos do cidadão comum, a lógica das coisas levaria a supôr que a adesão a um mercado mais amplo implicaria, como consequência natural, melhores condições para os produtos portugueses, possibilidades de um mercado globalmente mais estável, incitamento aos investimentos em vista de um tal mercado e, assim, o relançamento da economia.

Por outro lado, porque, desde o pedido de adesão, as autoridades portuguesas têm sido unânimas (apenas com algumas excepções) em glorificar as consequências positivas que a adesão à CEE traria à economia portuguesa. A este respeito, o IX Governo Constitucional (actualmente no poder), no programa político que apresentou ao Parlamento, foi claro :

"As transformações e adaptações que se impõe introduzir no tecido económico e social português, a fim de permitir que a adesão seja um catalizador do desenvolvimento sustentado da economia portuguesa, terão um impacto sobre todos os agentes económicos e, em geral, sobre toda a população, uma vez que o objectivo último de todo o processo aponta para uma melhoria do nível de vida e do bem estar dos Portugueses."

No conjunto das expectativas criadas, o sector agrícola não pode deixar de merecer uma referência especial. Traria a adesão benefícios específicos para a agricultura, que ocupa ainda em Portugal cerca de 30,6% da população ?

Uma vez mais as perspectivas são bastante sombrias. Com efeito, as distorções estruturais da agricultura portuguesa tornam-na particularmente vulnerável. É certo que aumentarão os



rendimentos no sector agrícola, uma vez que, no quadro de uma Política Agrícola Comum (PAC), aumentarão os preços ao produtor. Em contrapartida, porém, os consumidores - beneficiários até aqui de vários tipos de subsídios incorporados nos preços - ver-se-ão forçados a pagar esse aumento. (Como pagarão também o aumento provocado pelas importações - aumento substancial, dada a forte componente de importações nos bens essenciais.)

Calcula-se que o aumento dos preços agrícolas venha a ser de 20%. Ora a percentagem dos gastos dos consumidores com a alimentação é de cerca de 45%. Como negar, então, que, com a aplicação do PAC, se viria a verificar um aumento importante do custo de vida ?

Inversamente, na óptica da CEE, as importações por Portugal poderão constituir uma vantagem significativa: "Na Comunidade dos doze, Portugal será um dos raros importadores de produtos agrícolas, contribuindo assim para a absorção dos excedentes comunitários - carne, laticínios e açúcar". Isso explica que alguns especialistas não hesitem em afirmar que, em seu entender, se a legislação actual da CEE fôr mantida em vigor, "Portugal (que) é um importador de quase todos os produtos agrícolas, (...) subsidiará os agricultores dos países ricos membros da CEE".

Objectivos sociais ?

As razões sociais caminham, pela força dos factos, adiante do próprio processo de adesão à CEE.

País de cerca de 10 milhões de habitantes, Portugal tem cerca de 1,5 milhões dos seus cidadãos em países membros da CEE. Tendo este movimento migratório começado no início da década de 60, Portugal teve necessariamente de encarar, desde há muito, a salvaguarda dos direitos dos seus cidadãos que se encontravam a trabalhar noutros países europeus.

Foram assim estabelecidos e revistos acordos bi-laterais entre Portugal e todos os países que formam hoje a CEE e para onde se deslocou a mão-de-obra portuguesa à procura de emprego. Estes acordos dizem respeito à igualdade de tratamento no domínio da Segurança Social, sobretudo relativamente à incapacidade, desemprego, doença e velhice. Na maior parte dos casos, os acordos incidem sobre a igualdade de condições de vida, de formação profissional, de protecção à família, nos casos em que esta reside no país de acolhimento.

Prévia à questão dos benefícios sociais está a questão do estatuto de livre circulação dos trabalhadores. Ora este estatuto parece encontrar entraves no seio da própria CEE. Com efeito, em 1979, a CEE considerava que o desemprego conjuntural e estrutural existente na Comunidade tornava necessários acordos especiais entre os países interessados. E mais, através dos órgãos adequados, afirmava-se :



"Seria mais sensato criar postos de trabalho nas zonas onde há desemprego do que obrigar os desempregados a emigrarem para encontrarem trabalho. Tal política suporia uma intensificação dos "investimentos" nos países e regiões onde o desemprego predomina."

Quais seriam então as vantagens de ordem social resultantes da adesão de Portugal à CEE? Poucas se podem vislumbrar.

Embora na prática funcione mal, o sistema de segurança social português é, na sua forma jurídica, um dos mais completos da Europa. Difícil se torna, por isso, para a CEE - que até aqui não conseguiu harmonizar as políticas de protecção social entre os "Dez" - proceder a essa harmonização com o aparelho institucional português.

Por outro lado, dada a grave crise que atravessa o "Estado-Providência", tal como foi criado na Europa, é hoje claro que, se houver qualquer mudança, ela será de acordo com a linha já esboçada em certos países da CEE onde, através de medidas limitativas, se tenta reduzir o enorme deficit do aparelho de segurança social do Estado.

Objectivos culturais ?

A análise de eventuais motivações culturais subjacentes ao pedido de adesão de Portugal à CEE deve ser feita a dois níveis:

- o nível do quadro multilateral, onde cada vez mais os elementos de política cultural são objecto de textos normativos;
- o nível das relações bi-laterais tradicionais, onde o intercâmbio cultural teve sempre um lugar fundamental;

O quadro multilateral decorre de se ter verificado desde o fim dos anos 60 uma crescente necessidade de regulamentar as relações culturais num âmbito mais vasto do que o dos acordos bi-laterais. A noção de "política cultural", por um lado, tendo como corolário a necessidade de concertação entre as nações nesse domínio, e, por outro lado, a consciência de um património cultural comum a toda a humanidade ou a certas regiões do globo, conduziram diversas instâncias multi-laterais à elaboração de normas, declarações, cartas, convenções.

Todas estas convenções bem como outros textos normativos criaram um verdadeiro direito internacional que nenhum país verdadeiramente europeu pode ignorar e ao qual, de resto, todos têm dado entusiástica e constante colaboração. A lenta formação do direito internacional foi, aliás, possível graças à longa experiência adquirida nas relações bi-laterais entre os países europeus.

Portugal assinou, desde há muito, acordos bi-laterais no plano cultural com outros países europeus. A actualização desses acordos



dos é o trabalho específico das "comissões mistas" bi-laterais no plano da cultura.

Cabe perguntar se a qualquer destes níveis - o multilateral e o bilateral - a CEE aparece ^{como uma} plataforma original de trocas culturais.

A leitura dos textos jurídicos que fundamentam a CEE e codificam a sua actividade revela a dimensão cultural só surge inscrita em filigrana em algumas políticas sectoriais, nomeadamente as que dizem respeito à salvaguarda dos recursos naturais, à questão da energia e à protecção do ambiente e da natureza. Aliás, na prática, pouco se tem feito até à data neste domínio. Prova eloquente é o facto do projecto de encontro dos Ministros da Educação dos "Dez" não ter chegado a realizar-se, com o argumento de que as políticas culturais são intrinsecamente nacionais...

Que dizer então, neste contexto, do pedido de adesão de Portugal ?

Se os benefícios a procurar não são no âmbito das trocas culturais, há que procurá-los a outro nível : o da afirmação da identidade cultural do país, na sua realidade histórica actual. De facto, por ocasião da apresentação do Programa de Governo ao Parlamento, o Primeiro-Ministro do II Governo Constitucional fez notar que, para além do condicionalismo económico, Portugal tinha pedida a adesão por outras razões, entre as quais "a busca de uma nova identidade através do regresso à Europa".

Fundação Cuidar o Futuro

Desígnio político

Na ausência de outros argumentos a conclusão é nítida e clara : as razões que levaram Portugal a pedir a adesão à CEE são de ordem estritamente política.

É, pois, a essa luz que se devem tentar analisar duas ordens de questões :

- qual o conteúdo de uma tal convicção - ou, por outras palavras, qual o desígnio político dos dirigentes portugueses que tão afincadamente defendem este objectivo;
- quais os problemas de fundo que uma tal opção levanta.

Trata-se, afinal, de saber que vantagens políticas pretende Portugal obter na relação de forças a plano mundial, tendo em conta o jogo simultâneo de concertação e de conflito que tem lugar dentro da própria CEE e na relação desta com o resto do mundo.

As respostas a esta questão são múltiplas. Limitar-me-ei a referir algumas.

Identidade nacional

Portugal procura a sua identidade específica num contexto geo-político diferente daquele em que se situou durante cinco séculos.



A própria linguagem utilizada reforça essa perspectiva. Fala-se de "entrada na Europa" - como se Portugal fosse uma ilha perdida no oceano e de súbito pedisse abrigo ao velho porto europeu. Nessa linguagem transparece, antes de tudo, uma preocupação de "acesso", "promoção" quase "legitimação"... Como se, de repente, depois de cinco séculos de uma existência dispersa pelo vasto mundo, Portugal se recolhesse de novo ao terreiro europeu e sentisse a necessidade de aí ser reconhecido! Filho pródigo da Europa, regressando ao lar depois das suas aventuras sob outros céus...

O que esconderá esta linguagem dos governantes? E o significará a muda aquiescência dos cidadãos-eleitores que, sobre esta matéria, nem são esclarecidos nem consultados?

Uma hipótese possível é a de que a adesão à CEE venha de algum modo, e através do discurso dos governantes, amortecer a angústia latente no inconsciente colectivo do povo português. É plausível pensar que o traumatismo da desconolização tenha conduzido a um fenómeno rápido de substituição afectiva, fazendo nascer o desejo de se ser tomado de novo num espaço geográfico mais vasto.

Se assim é, aquilo a que chamei "desígnio político" adquire o seu pleno significado: a reorganização das relações e das estruturas sociais, a própria gestão das coisas públicas só conseguem ser adequadamente encaradas num contexto além fronteiras.

Uma escritora contemporânea exprimiu claramente esta hipótese ao referir-se, numa obra de ficção, aos emigrantes que regressam ao País:

"a aventura de ir e de voltar. Uma paisagem alargada a outra paisagem que traz uma nova relação com a primeira. Foi de outro país que vi o meu país. Fomos buscar lá fora as nossas mãos."

Talvez o país inteiro esteja à procura de si próprio - como sempre o fez - não onde realmente está, histórica e geograficamente, mas num além não situado e, em última análise, mítico. Talvez a sua identidade tenha necessidade de uma grande razão, de uma Índia ainda por descobrir... Mas, se assim é, que espantosa ironia a dessa grande causa ser um simples mercado, em desesperada luta desde há mais de duas décadas para definir o preço da manteiga ou da carne de carneiro!!

Um ideal político

Na base do pedido de adesão de Portugal à CEE ergue-se um equívoco sobre a Europa: Portugal toma a CEE como um ideal político. Implícita está a ideia - patente nas declarações oficiais - de que a CEE é o mesmo que a Europa Ocidental.

Nasceu assim um equívoco difícil de ultrapassar. No pensamento político da classe dirigente portuguesa, um mercado tornou-se um



um espaço geo-político, para não dizer, de forma mais contundente um espaço ideológico.

Ora, falta provar que há homogeneidade política entre os países que constituem hoje a CEE. Fala-se muito da necessidade de um comportamento unânime sobre todas as questões internacionais. Mas basta seguir, durante algumas semanas, as declarações dos dirigentes dos diferentes países para verificar que se está ainda muito longe do consenso.

Com esta redução da Europa à CEE, Portugal põe de lado parceiros sérios no quadro europeu. Parece sobretudo, no seu discurso, pôr de lado países que já mostraram suficientemente o seu desejo de contribuir para a melhoria da vida da população portuguesa, sem pedirem em troca qualquer factura ideológica. Refiro-me de forma especial, aos países escandinavos.

(Pondo de lado esses países) aposta-se ainda na ideia de que a Europa se fará a partir de um centro que se vai alargando progressivamente. Ora não é de modo algum evidente que os países periféricos (mais livres pela sua situação geográfica de estabelecerem uma grande diversidade de relações e cuja política exterior é sempre pragmática) desejem um dia perder graus de liberdade aderindo à CEE. Que acontecerá então às nossas relações com a Áustria? E com a Suécia? E com a Noruega?

Por outro lado, a separação radical entre a Europa Ocidental e a Europa de Leste reduz a Europa à sua dimensão atlântica, voltada para os Estados Unidos. Ora, dado o vasto território coberto pela União Soviética, com fronteiras com vários países asiáticos até ao Pacífico, corre-se o risco de tornar a Europa de Leste em si mesma um continente de pleno direito. Não será esse uma contribuição segura e acrescida à hegemonia daquele país?

